



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20241112001 CMI

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO/CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS E MAT. MANUT. BENS IMÓVEIS ESPECIFICOS PARA COMPOR O AMBIENTE EXTERNO (FACHADA) E INTERNO E OTIMIZAR O ESPAÇO FISICO DA RECEPÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	BALCÃO RECEPÇÃO	1.0	Unidade	3.850,00	3.850,00
Balcão projetado em mdf amadeirado revestido dupla face, com espessura de 30mm e ripado liso com ripas de 30mm e espaçamento de 20mm, gaveteiros gavetas com correições telescópicas reforçadas e pes niveladores. (1,40cm/1,10cm/0,80cm)					
2	PAINEL RIPADO	26.35	Metro Quadrado	480,00	12.648,00
Painel em mdf liso de 30mm com ripamento de 90mm de espessura, com perfil de led 3000k embutida, com porta de passagem oculta.					
3	JARDINEIRA	1.0	Unidade	1.830,00	1.830,00
Jardineira em mdf amadeirado de 15mm para plantação artificial.					
4	GALERIA PRESIDENTE	24.57	Metro Quadrado	480,00	11.793,60
Galeria em mdf canela para fixação de quadros de Presidente e Ex-presidentes com iluminação de led 3000k embutida na marcenaria.					
5	PAINEL LETREIRO	17.82	Metro Quadrado	480,00	8.553,60
Painel em mdf canela e mdf amadeirado para receber letreiro da camara com perfil de led 3000k embutido na marcenaria e com porta oculta na cor canela					
6	FACHADA	31.26	Metro Quadrado	618,00	19.318,68
Estrutura metalica em metalon galvanizado 20x20, com revestimento em ACM de polietileno de baixa intensidade revestido de aluminio nas cores azul e amarelo gema, com letreiro em letras caixa.					
7	PORTA DE VIDRO	3.78	Metro Quadrado	1.825,00	6.898,50
Porta em vidro temperado com 10mm de espessura, sendo duas folhas, com puxadores em aço inox redondo, eixo 30/45 de abrir com molas pivoltante para piso. (2,10cm/1,80cm)					
8	FORRO PVC AMADEIRADO	18.3	Metro Quadrado	295,08	5.399,96
Estrutura para forro PVC em aço galvanizado, com fixação em laje, forro PVC com otima performance no isolamento termico e acustico, com iluminação de lampadas compactas de led 10w e instalação.					
9	CARPETE	18.3	Metro Quadrado	245,00	4.483,50
Piso carpete com forração têxtil de trafego intenso bege 4,5mm agulhado instalado.					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 2 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

1.5. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 15 (quinze) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: .

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Item.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).;

8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA
ED. PREFEITO JOÃO ANTUNES PEREIRA FILHO.
CNPJ Nº 63.366.751/0001-46

Site: www.itapiuna.ce.leg.br – www.facebook.com/camaramunicipaldeitapiuna

jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 0101.01.031.0001.2.001 - Gestão e Manutenção das Atividades do Poder Legislativo, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903024 - Material de Consumo 44905299 - Equipamentos e Material Permanente 44905242 - Equipamentos e Material Permanente;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itapiúna/CE, 13 de novembro de 2024

FRANCISCO RODRIGUES DE MATOS
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

FRANCISCO RODRIGUES DE MATOS
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



01 IMAGEM 3D
SEM ESCALA



02 IMAGEM 3D
SEM ESCALA



03 IMAGEM 3D
SEM ESCALA



04 IMAGEM 3D
SEM ESCALA



IDEALIZE
ARQUITETURA

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS, PROIBIDA
A REPRODUÇÃO SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO
POR ESCRITO DE "IDEALIZE".
EM CASO DE DUVIDAS CONTACTAR:
(88) 9.9670-3951 / (88) 9.9804-7805

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

IMAGENS

ESCALA:

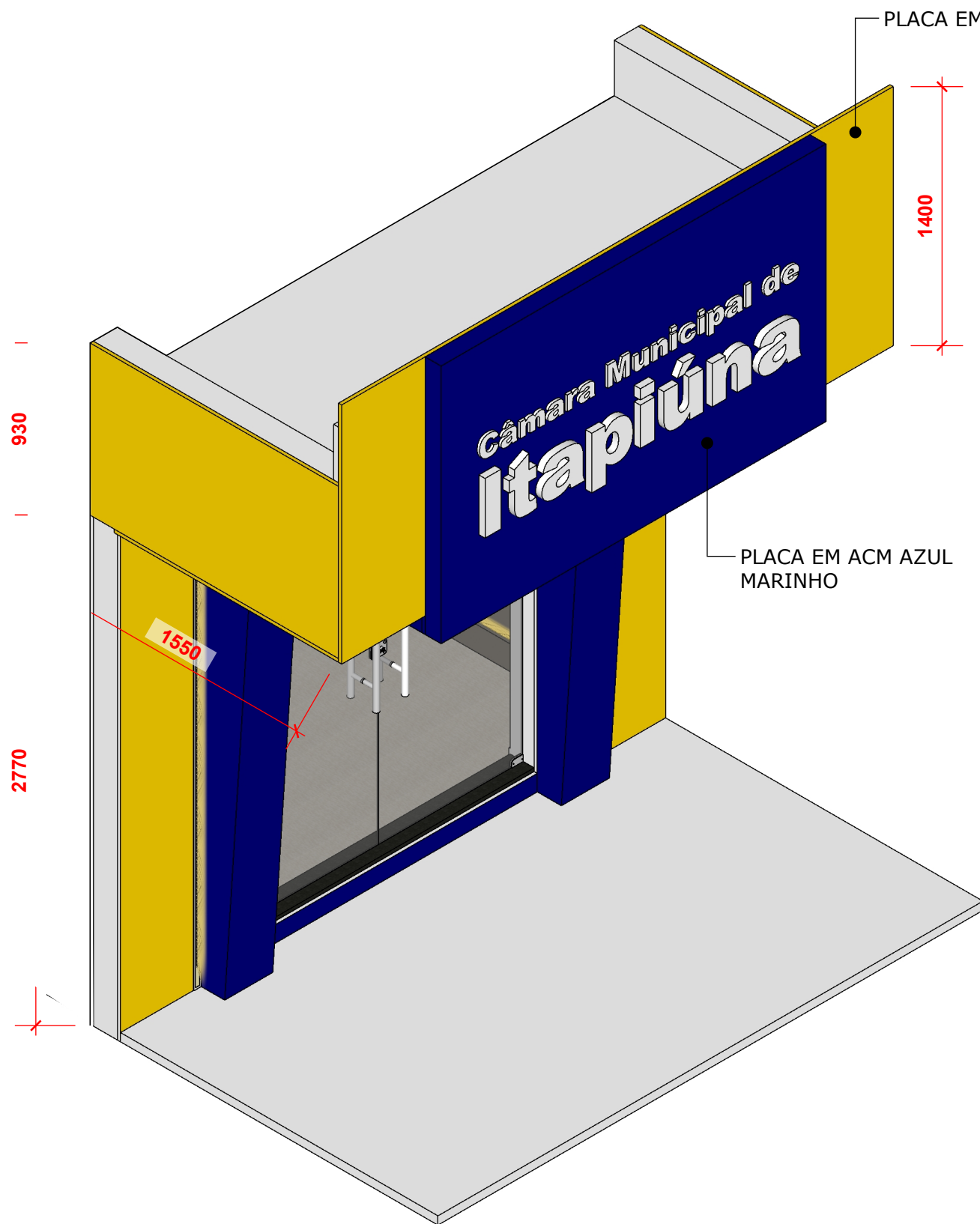
INDICADA

DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

01 / 10



01 FACHADA | PERSPECTIVA
ESC: 1/25



PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

**CÂMARA
MUNICIPAL DE
ITAPIÚNA**

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

FACHADA

ESCALA:

INDICADA

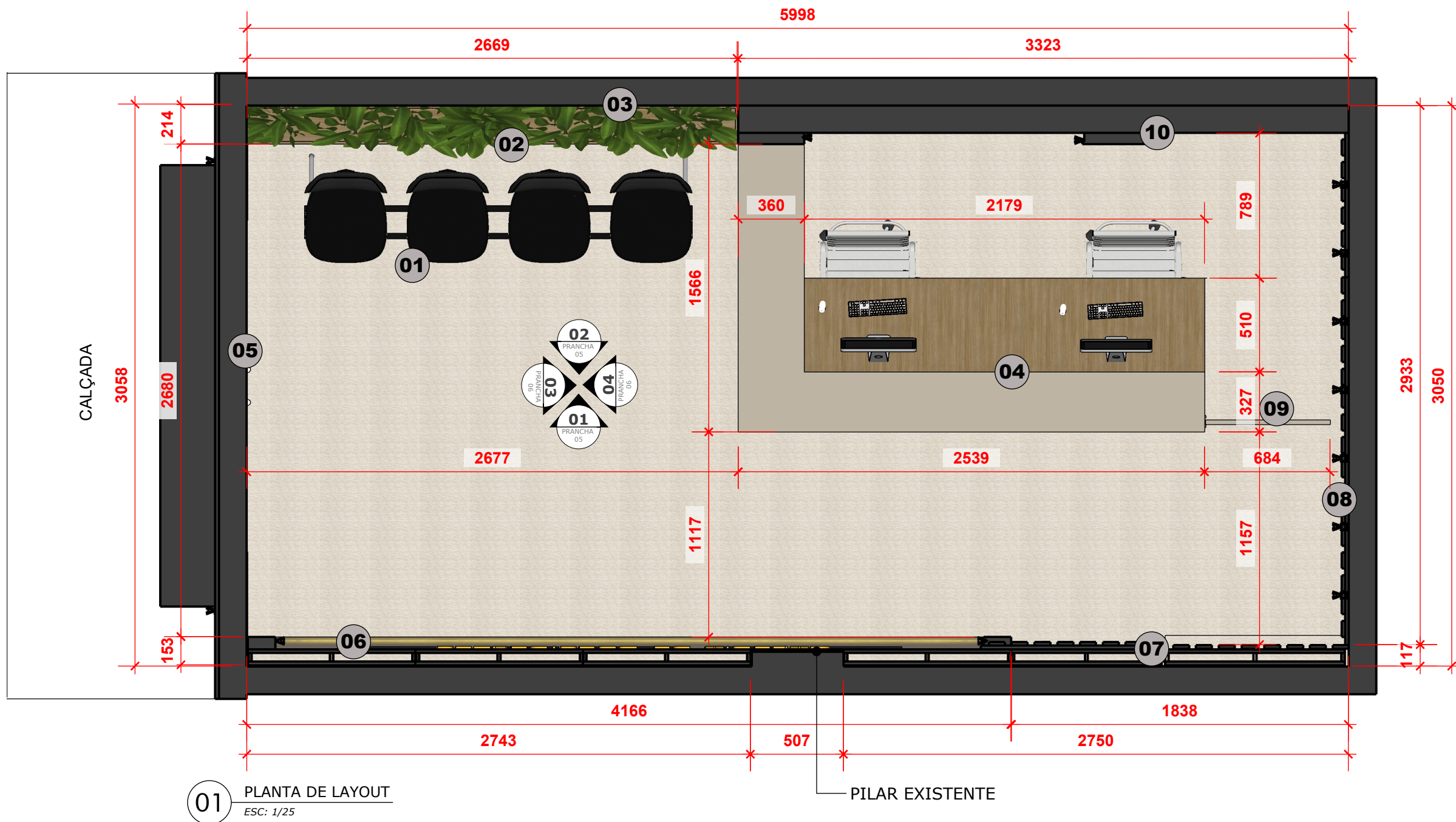
DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

02/10

CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL



PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

PLANTA DE LAYOUT

ESCALA:

INDICADA

DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

03/10

LEGENDA

- 01** CADEIRA LONGARINA
LONGARINA NA COR PRETO, COM QUATRO LUGARES ESTOFADA
- 02** JARDINEIRA
JARDINEIRA PARA PLANTAS
DIMENSÕES (CxAxP): 2,68x1,38x0,21m
MDF: ÁUREO (ARAUCO)
- 03** MDF EM PAREDE
PAREDE REVESTIDA EM MDF DE 6MM
MDF: QUARTZO (GUARARAPES)

- 04** BALCÃO DE ATENDIMENTO E CAIXA
BALCÃO EM L COM FRENTE RIPADA, ESPAÇO PARA DUAS CADEIRAS, 04 GAVETAS E PORTA DE ACESSO DO TIPO VAI E VEM
MDF: FENDI (GUARARAPES)
MDF: LANA (DURATEX)
ÁUREO (ARAUCO)
- 05** PORTA DE ENTRADA
PORTA PRINCIPAL DE VIDRO (02 FOLHAS DE ABRIR)

- 06** PAINEL GALEIRA
PAINEL EM MDF COM ILUMINAÇÃO EM FITA DE LED, COM REFORÇO PARA SUSTENTAÇÃO DE QUADROS COM FOTOS DE PRESIDENTES
DIMENSÕES (CxAxP): 4,16x2,70x0,16m
MDF: CANELA (ARAUCO)
- 07** PAINEL RIPADO E PORTA
PAINEL RIPADO COM PORTA DE ABRIR "INVISÍVEL"
DIMENSÕES (CxAxP): 1,84x2,70x0,12m
MDF: LANA (DURATEX)

- 08** RIPADO COM ILUMINAÇÃO
PAINEL RIPADO EM MDF COM 07 PERFIS DE LED EMBUTIDOS
DIMENSÕES (CxAxP): 2,95x2,70x0,04m
MDF: LANA (DURATEX)
- 09** PORTA VAI E VEM
PORTA DE ACESSO À PARTE INTERNA DO BALCÃO
DIMENSÕES (Cx): 0,69x1,00m
MDF: FENDI (GUARARAPES)

- 10** PAINEL PRINCIPAL E PORTA
PAINEL COM EMBLEMA DO MUNICÍPIO E ILUMINAÇÃO DE FITA DE LED, COM PORTA DE CORRER EMBUTIDA
DIMENSÕES (CxAxP): 3,31x2,70x0,21m
MDF: CANELA (ARAUCO)
MDF: ÁUREO (ARAUCO)

CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

CÂMARA
MUNICIPAL DE
ITAPIÚNA

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

PERSPECTIVAS

ESCALA:

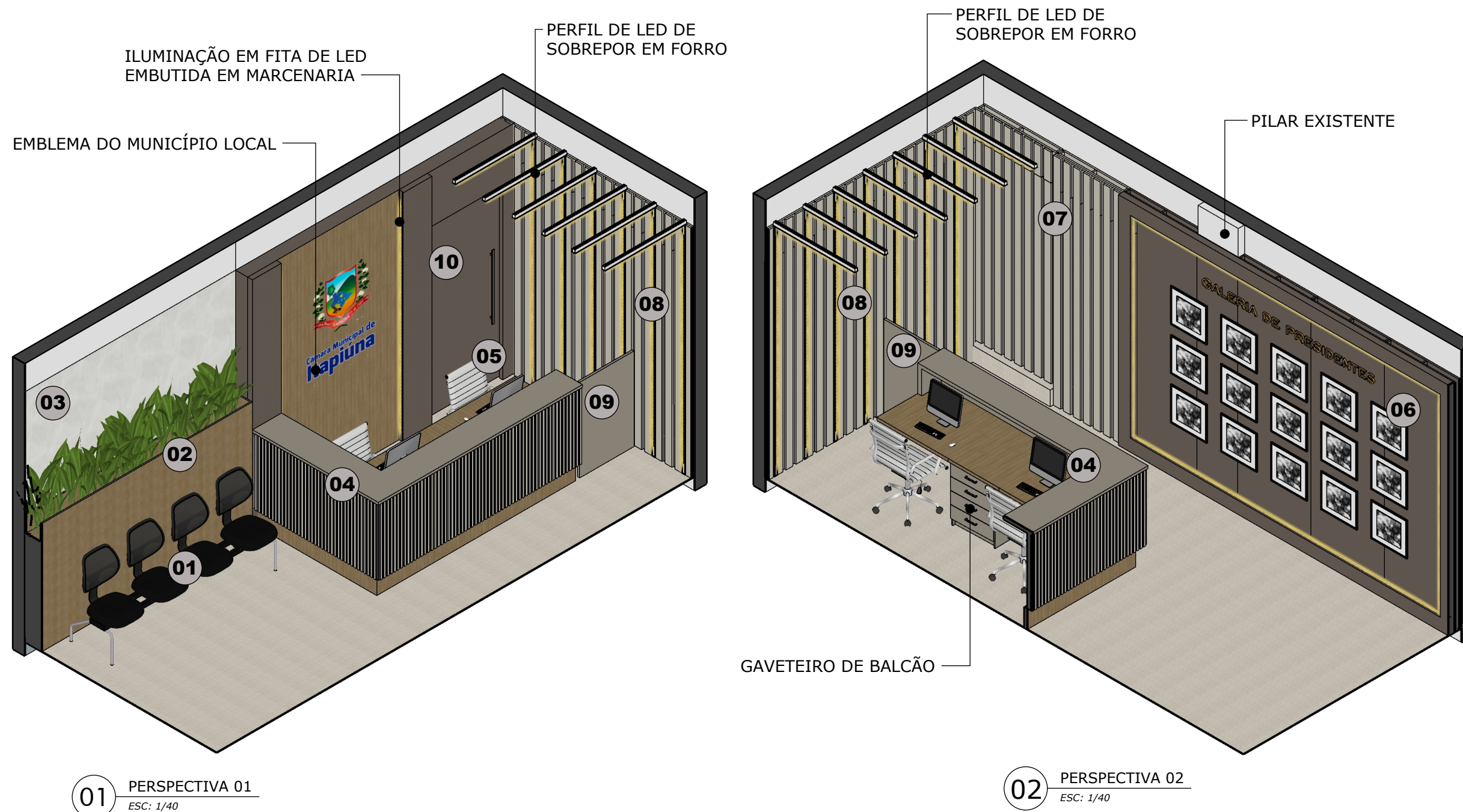
INDICADA

DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

04/10



01 PERSPECTIVA 01
ESC: 1/40

02 PERSPECTIVA 02
ESC: 1/40

LEGENDA

- 01** CADEIRA LONGARINA
LONGARINA NA COR PRETO, COM
QUATRO LUGARES ESTOFADA
- 02** JARDINEIRA
JARDINEIRA PARA PLANTAS
DIMENSÕES (CxAxP): 2,68x1,38x0,21m
MDF: ÁUREO (ARAUCO)
- 03** MDF EM PAREDE
PAREDE REVESTIDA EM MDF DE 6MM
MDF: QUARTZO (GUARARAPES)

- 04** BALCÃO DE ATENDIMENTO E CAIXA
BALCÃO EM L COM FRENTE RIPADA,
ESPAÇO PARA DUAS CADEIRAS, 04
GAVETAS E PORTA DE ACESSO DO
TIPO VAI E VEM
MDF: FENDI (GUARARAPES)
MDF: LANA (DURATEX)
ÁUREO (ARAUCO)
- 05** PORTA DE ENTRADA
PORTA PRINCIPAL DE VIDRO (02
FOLHAS DE ABRIR)

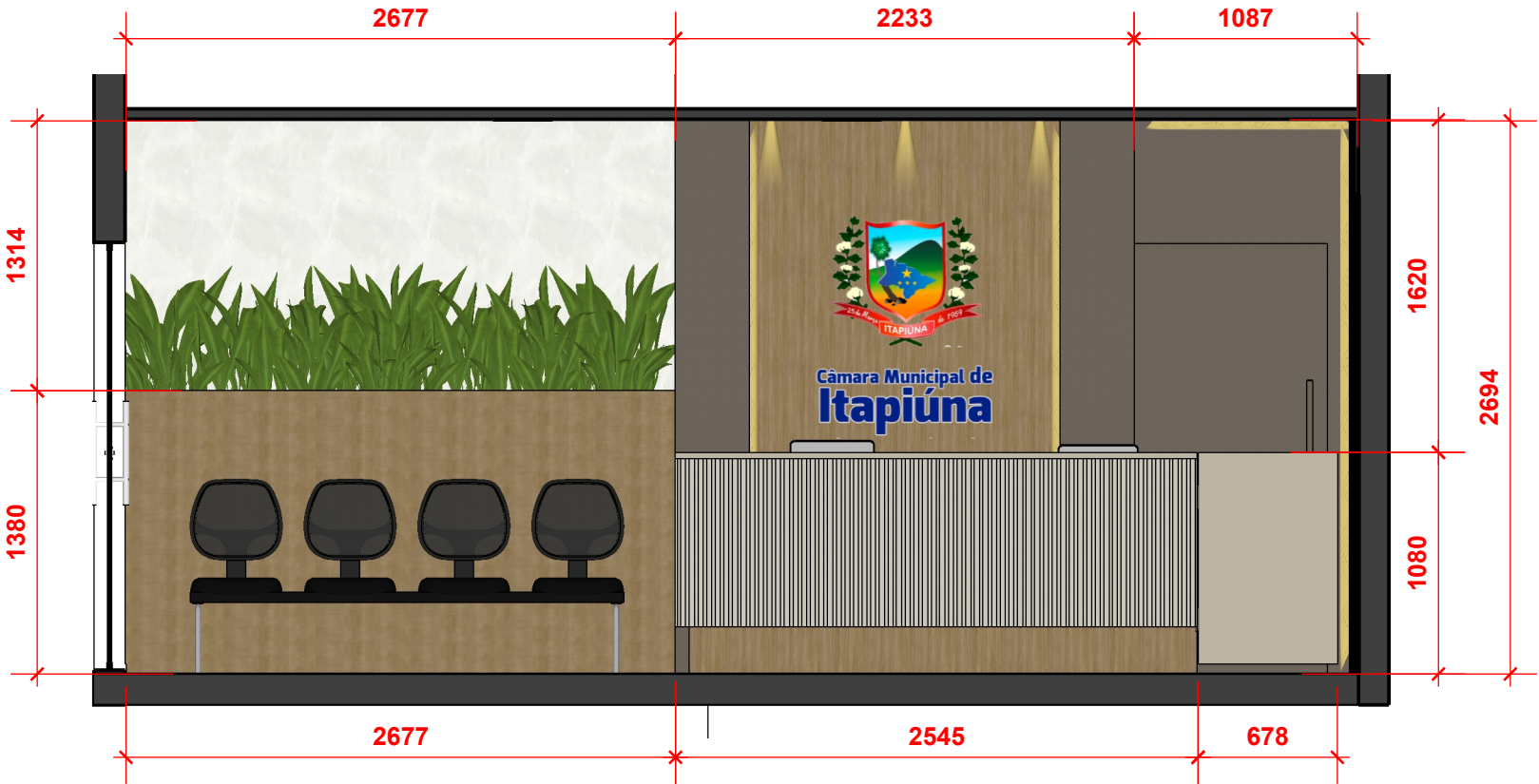
- 06** PAINEL GALEIRA
PAINEL EM MDF COM ILUMINAÇÃO EM FITA DE
LED, COM REFORÇO PARA SUSTENTAÇÃO DE
QUADROS COM FOTOS DE PRESIDENTES
DIMENSÕES (CxAxP): 4,16x2,70x0,16m
MDF: CANELA (ARAUCO)
- 07** PAINEL RIPADO E PORTA
PAINEL RIPADO COM PORTA DE ABRIR
"INVISÍVEL"
DIMENSÕES (CxAxP): 1,84x2,70x0,12m
MDF: LANA (DURATEX)

- 08** RIPADO COM ILUMINAÇÃO
PAINEL RIPADO EM MDF COM 07
PERFIS DE LED EMBUTIDOS
DIMENSÕES (CxAxP):
2,95x2,70x0,04m
MDF: LANA (DURATEX)
- 09** PORTA VAI E VEM
PORTA DE ACESSO À PARTE
INTERNA DO BALCÃO
DIMENSÕES (Cx): 0,69x1,00m
MDF: FENDI (GUARARAPES)

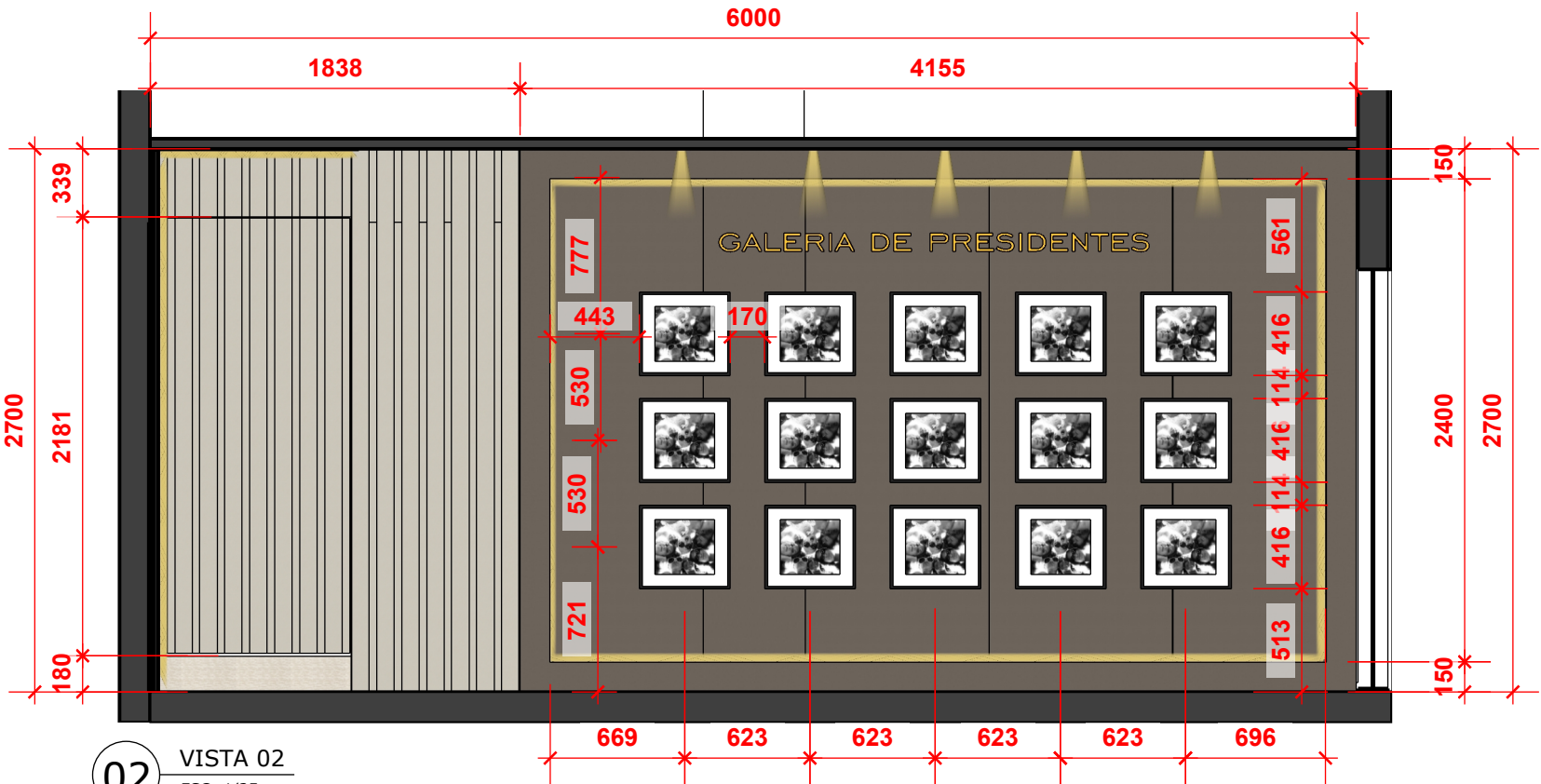
- 10** PAINEL PRINCIPAL E PORTA
PAINEL COM EMBLEMA DO
MUNICÍPIO E ILUMINAÇÃO DE FITA
DE LED, COM PORTA DE CORRER
EMBUTIDA
DIMENSÕES (CxAxP): 3,31x2,70x0,21
MDF: CANELA (ARAUCO)
MDF: ÁUREO (ARAUCO)

CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

OBSERVAÇÃO
A PROFUNDIDADE E ALTURA DAS
ESTANTES PRATELEIRAS PODEM
HAVER DIFERENÇA - CONFERIR
MEDIDA EXATA COM MÓVEL
EXISTENTE



01 VISTA 01
ESC: 1/35



02 VISTA 02
ESC: 1/25

**PROJETO DE
INTERIORES
COMERCIAL**

PROPRIETÁRIO:

**CÂMARA
MUNICIPAL DE
ITAPIÚNA**

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

VISTAS 01 E 02

ESCALA:

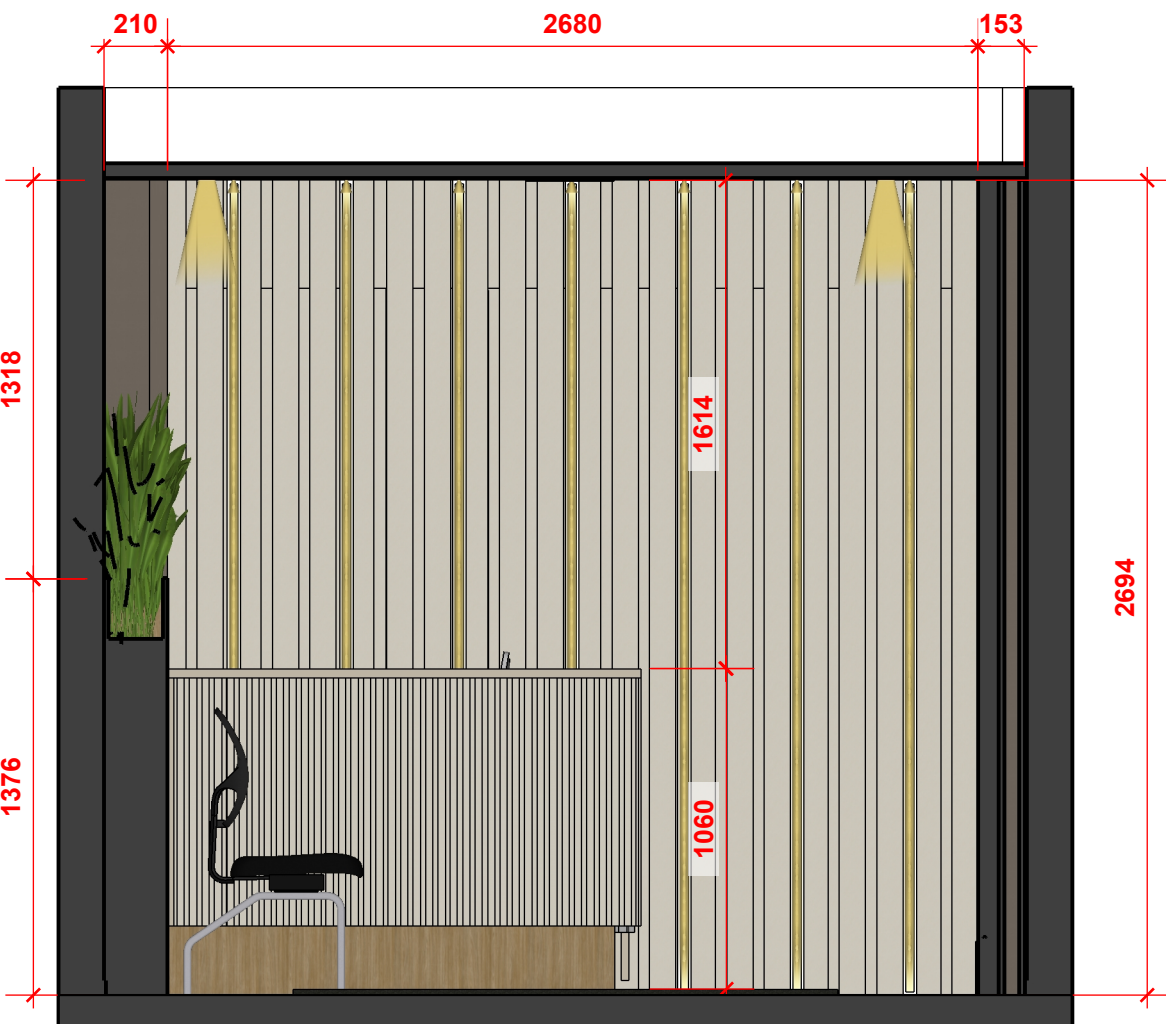
INDICADA

DATA:

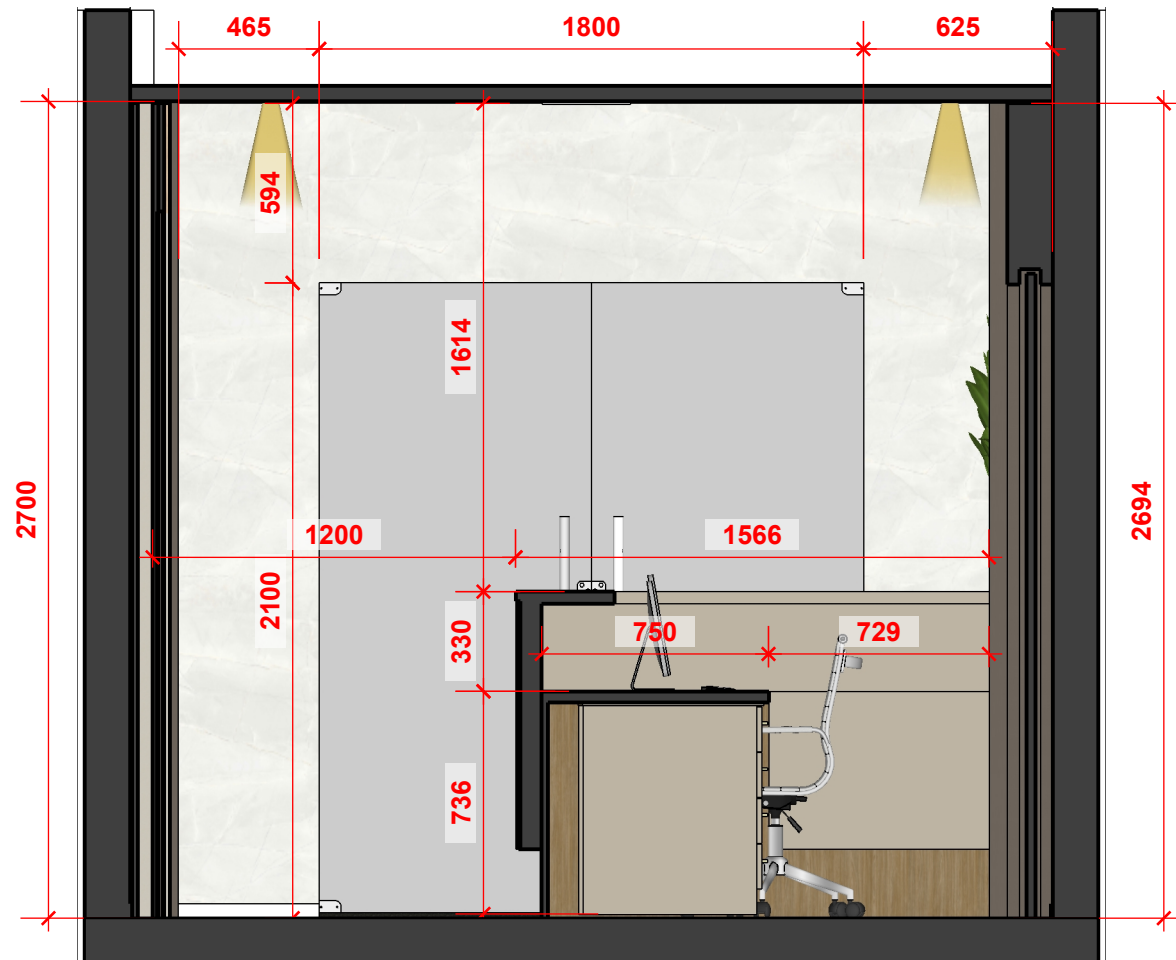
12/11/2024

PRANCHA:

05 / 10



01 VISTA 03
ESC: 1/25



02 VISTA 04
ESC: 1/25



IDEALIZE
ARQUITETURA

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS, PROIBIDA
A REPRODUÇÃO SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO
POR ESCRITO DE "IDEALIZE".
EM CASO DE DUVIDAS CONTACTAR:
(88) 9. 9670-3951 / (88) 9.9804-7805

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

**CÂMARA
MUNICIPAL DE
ITAPIÚNA**

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

VISTAS 03 E 04

ESCALA:

INDICADA

DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

06/10

CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

QUADRO DE ILUMINAÇÃO		
SÍMBOLO	LEGENDA	QUANT.
01	PLACA DE LED DE EMBUTIR MODELO PLAFON - BRANCO - LUZ NEUTRA (4000K) - 22W	02
02	SPOT DICRÓICA DE EMBUTIR EM FORRO - QUADRADO BRANCO LUZ BRANCO QUENTE - 7W	08
03	PERFIL DE LED DE SOBREPOR EM FORRO	07



IDEALIZE
ARQUITETURA

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS, PROIBIDA A REPRODUÇÃO SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO DE "IDEALIZE".
EM CASO DE DUVIDAS CONTACTAR:
(88) 9.9670-3951 / (88) 9.9804-7805

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

DESENHO:
SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:
ITAPIÚNA - CE

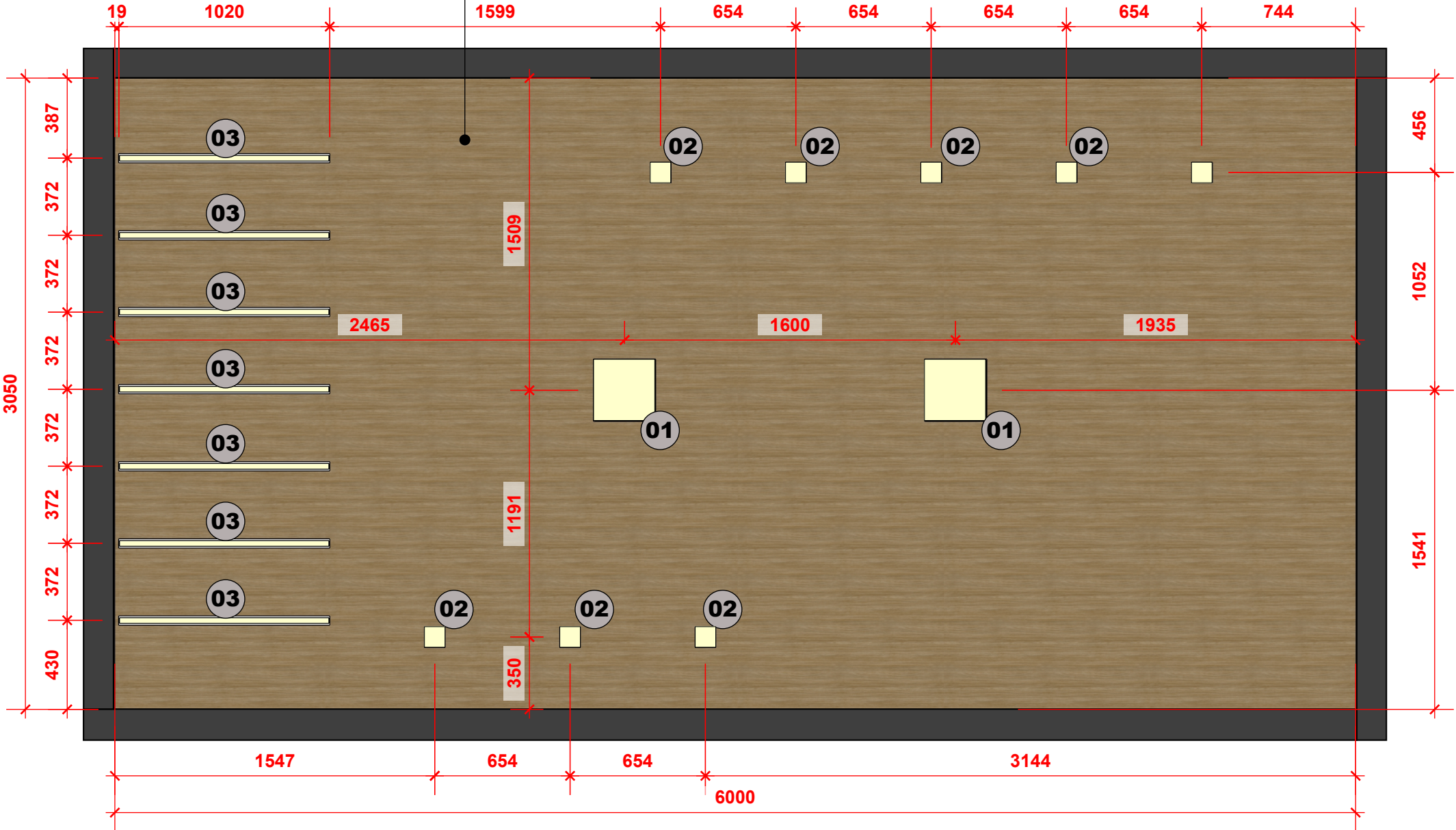
CONTEÚDO:
FORRO E ILUMINAÇÃO

ESCALA:
INDICADA

DATA:
12/11/2024

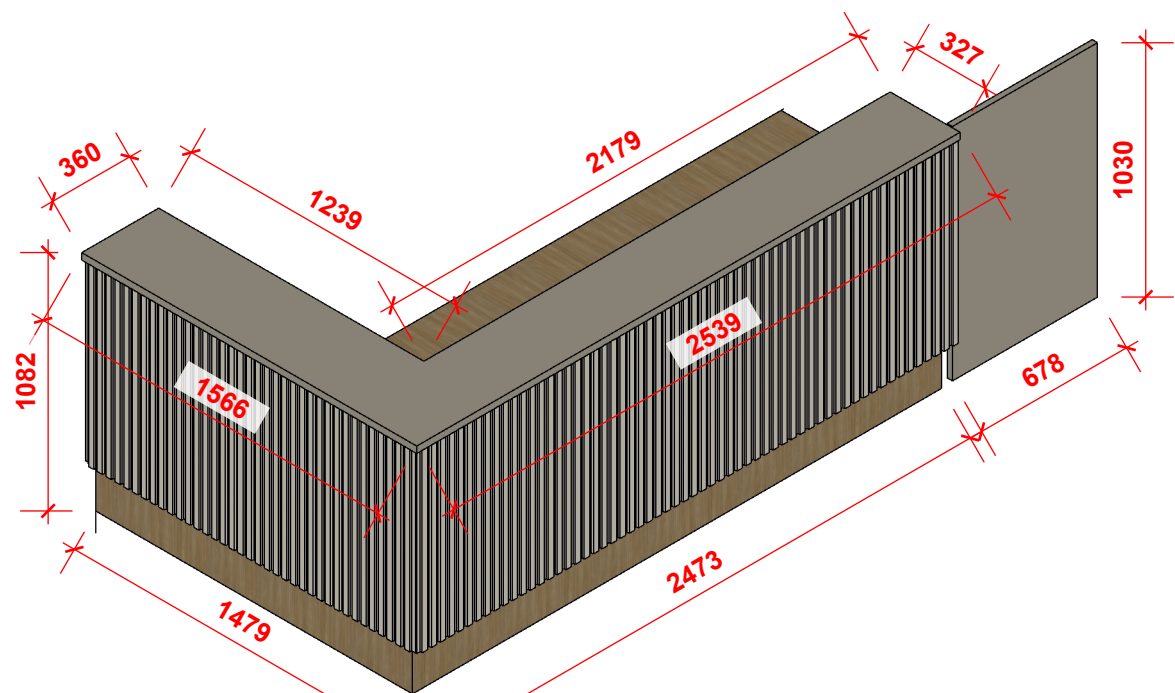
PRANCHA:
07 / 10

FORRO REVESTIDO COM TETO VINÍLICO AMADEIRADO
QUANTIDADE: 18,30m² + 15% = 21,00m²

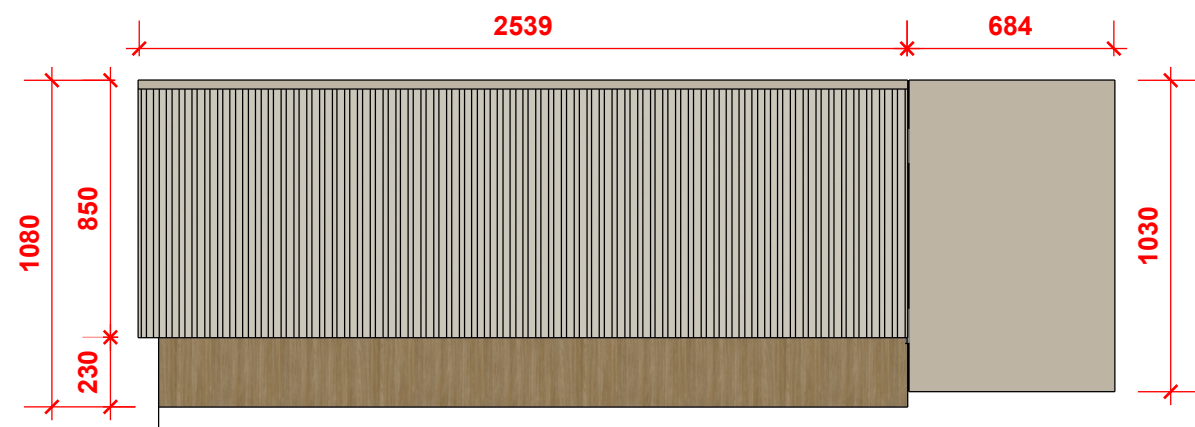


01 FORRO E ILUMINAÇÃO
ESC: 1/25

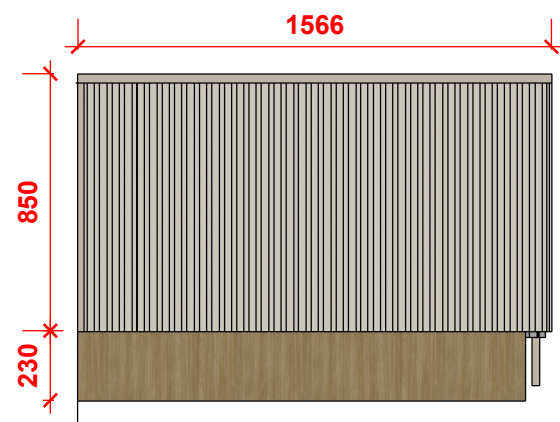
CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL



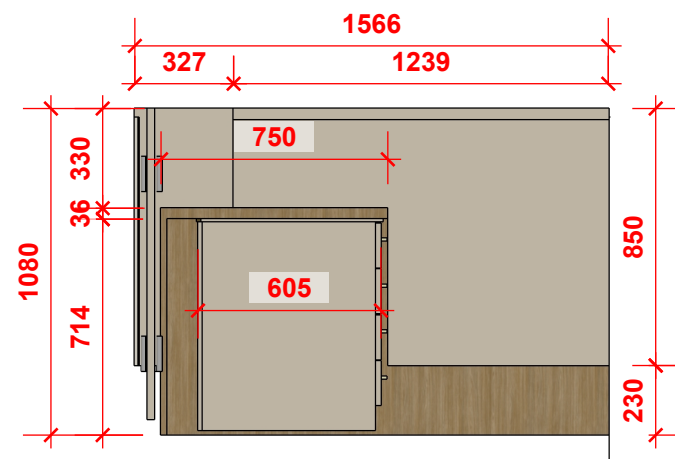
01 BALCÃO | PERSPECTIVA 1
ESC: 1/25



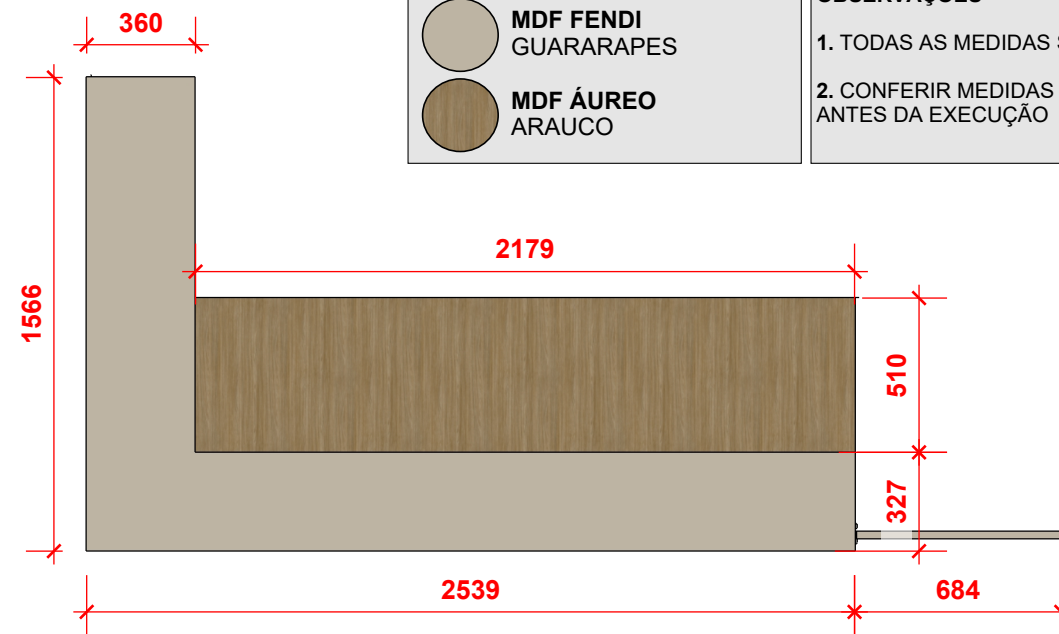
02 BALCÃO | FRONTAL
ESC: 1/25



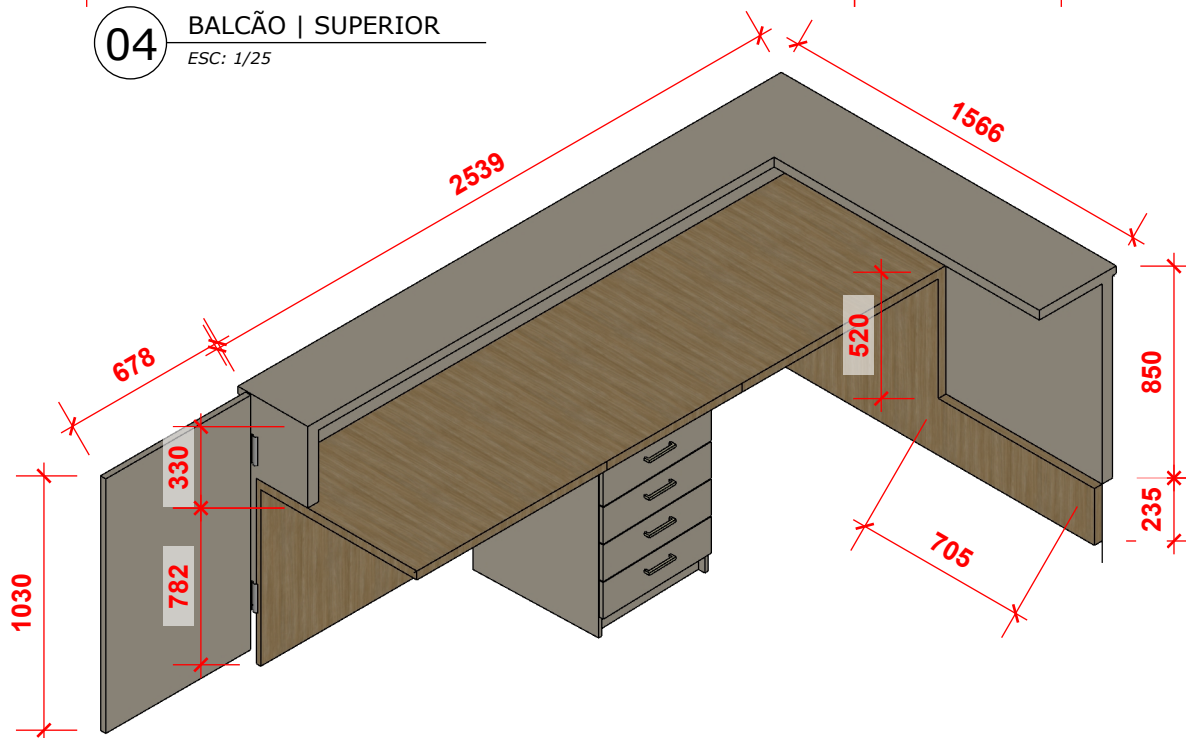
03 BALCÃO | LATERAL
ESC: 1/25



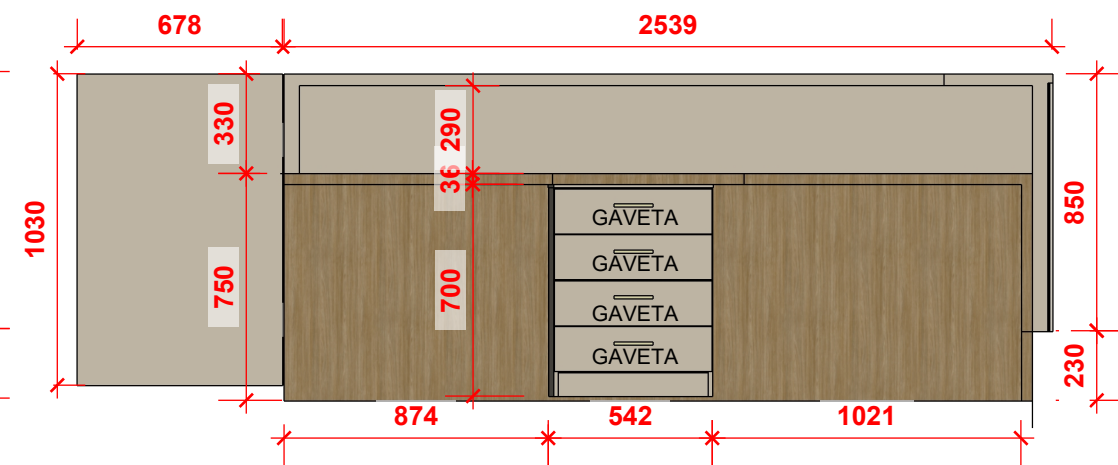
06 BALCÃO | LATERAL INTERNO
ESC: 1/25



04 BALCÃO | SUPERIOR
ESC: 1/25



05 BALCÃO | PERSPECTIVA 2
ESC: 1/25



07 BALCÃO | FRONTAL INTERNO
ESC: 1/25

REFERENCIA MDF

- MDF FENDI GUARARAPES
- MDF ÁUREO ARAUCO

OBSERVAÇÕES

1. TODAS AS MEDIDAS SÃO EM MM;
2. CONFERIR MEDIDAS IN LOCO ANTES DA EXECUÇÃO

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

DETALHAMENTO MÓVEIS

ESCALA:

INDICADA

DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

08/10

CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

DETALHAMENTO MÓVEIS

ESCALA:

INDICADA

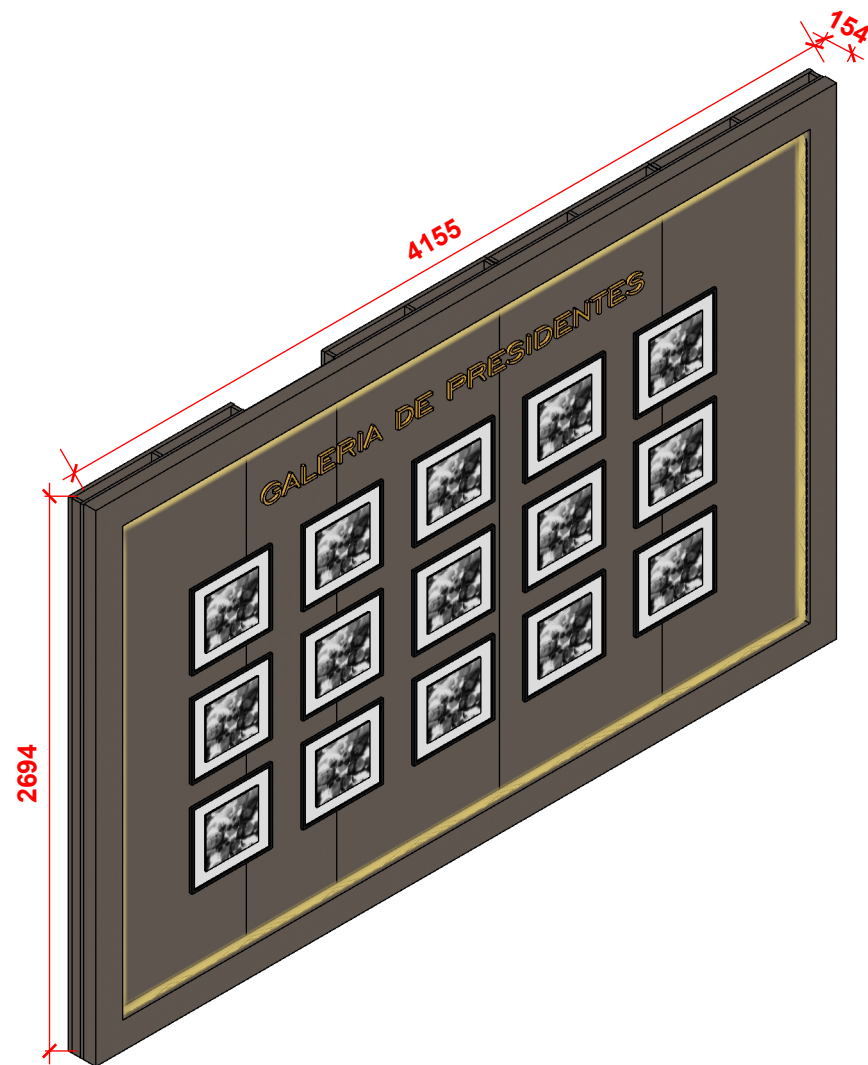
DATA:

12/11/2024

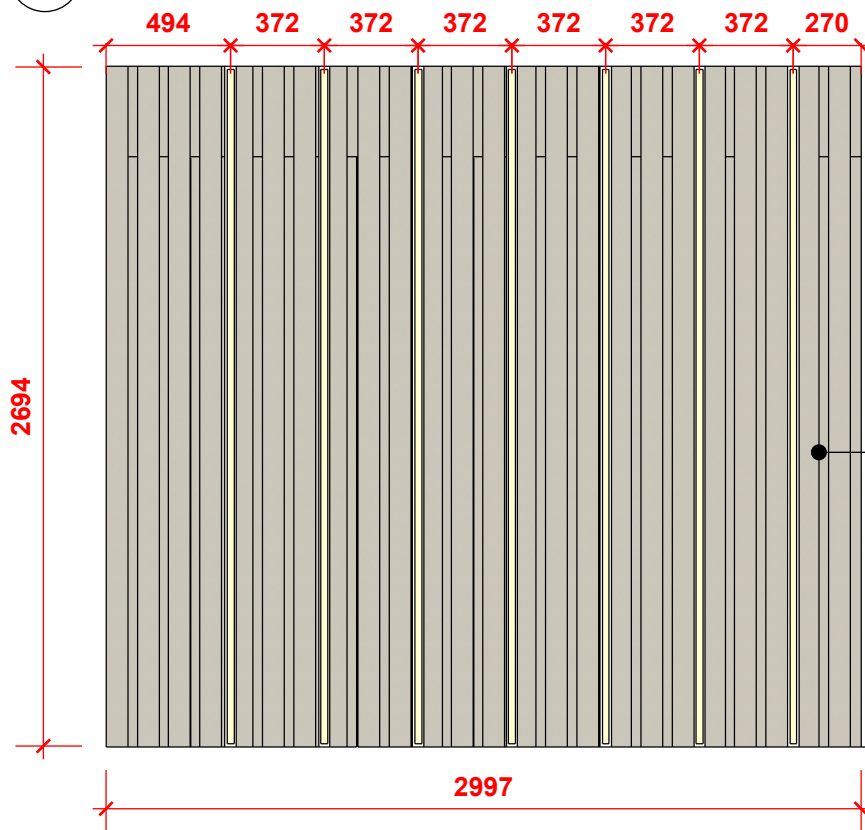
PRANCHA:

09/10

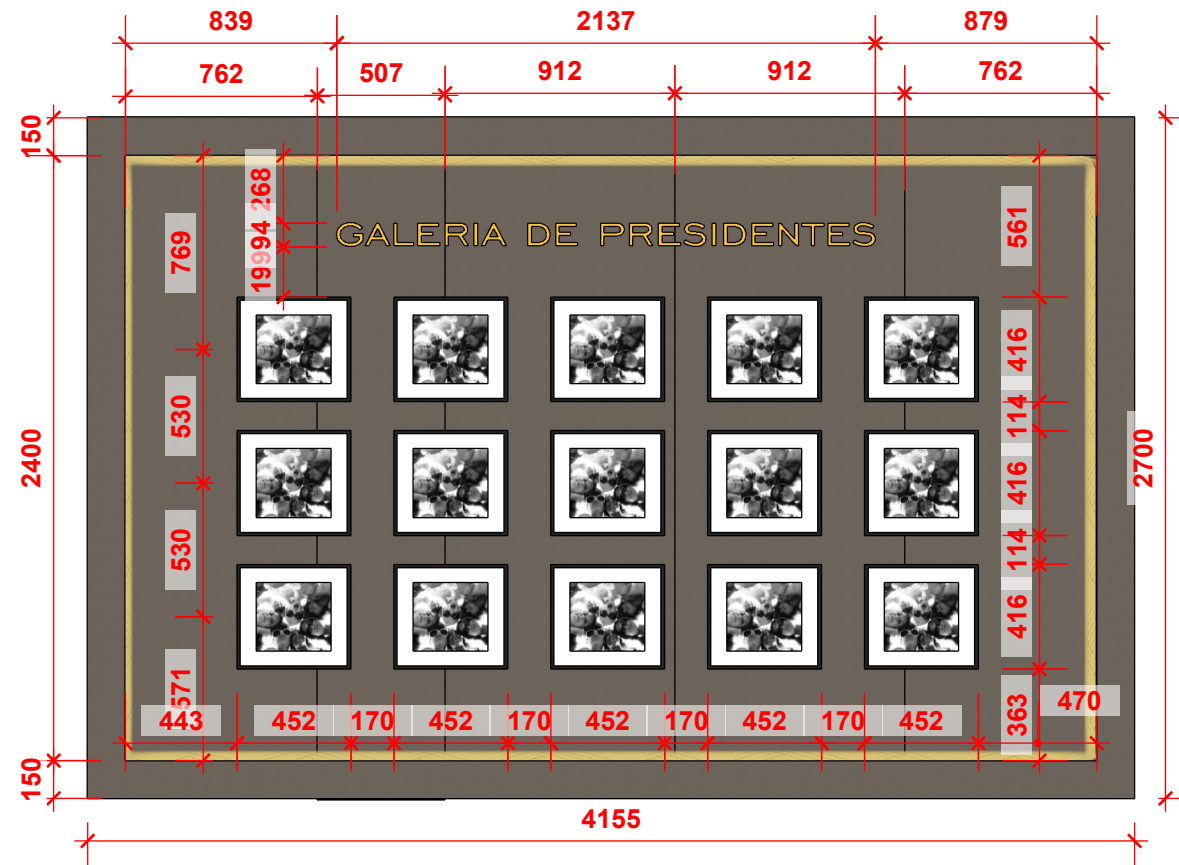
CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL



01 PAINEL GALERIA | PERSPECTIVA
ESC: 1/30



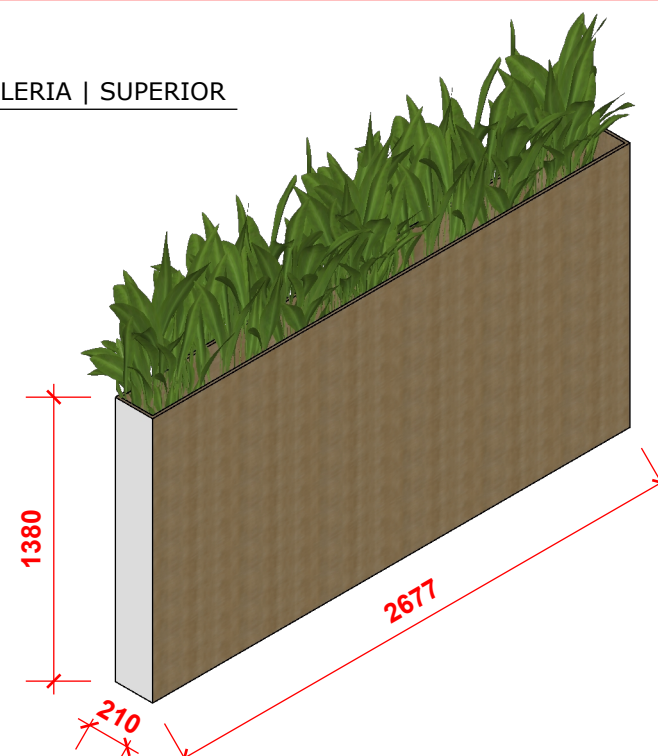
04 PAINEL RIPADO | FRONTAL
ESC: 1/30



02 PAINEL GALERIA | FRONTAL
ESC: 1/30



03 PAINEL GALERIA | SUPERIOR
ESC: 1/30



05 JARDINEIRA | PERSPECTIVA
ESC: 1/30

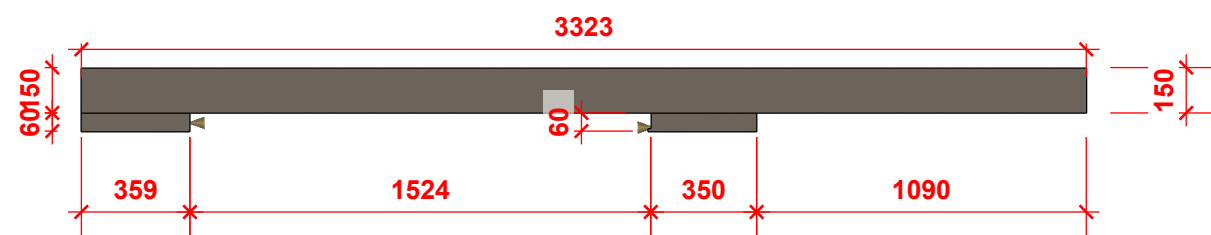
REFERENCIA MDF	
	MDF CANELA ARAUCO
	MDF LANA DURATEX
	MDF ÁUREO ARAUCO

OBSERVAÇÕES

- TODAS AS MEDIDAS SÃO EM MM;
- CONFERIR MEDIDAS IN LOCO ANTES DA EXECUÇÃO



01 PAINEL E PORTA | PERSPECTIVA
ESC: 1/25



02 PAINEL E PORTA | FRONTAL
ESC: 1/25

REFERENCIA MDF	
	MDF CANELA ARAUCO
	MDF LANA DURATEX
	MDF ÁUREO ARAUCO

OBSERVAÇÕES

- TODAS AS MEDIDAS SÃO EM MM;
- CONFERIR MEDIDAS IN LOCO ANTES DA EXECUÇÃO

FITA DE LED EMBUTIDA EM MARCENARIA

EMBLEMA DA CÂMARA MUNICIPAL



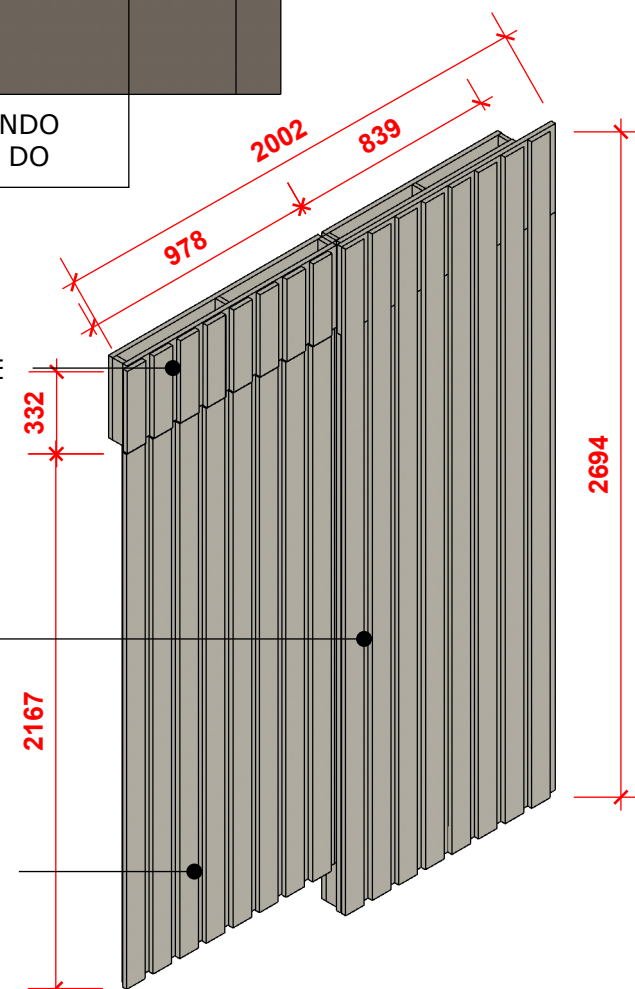
03 PAINEL E PORTA | FRONTAL
ESC: 1/25

PORTA CORRENDO PARA DENTRO DO PAINEL

RIPAS DE MDF COM 9CM DE LARGURA E COLADAS COM 3 CM DE ESPAÇAMENTO ENTRE ELAS

PAINEL RIPADO COM REFORÇO

PORTA DE GIRO RIPADA



04 PAINEL E PORTA GIRO | PERSPECTIVA
ESC: 1/25



IDEALIZE
ARQUITETURA

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS, PROIBIDA A REPRODUÇÃO SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO DE "IDEALIZE".
EM CASO DE DUVIDAS CONTACTAR:
(88) 9.9670-3951 / (88) 9.9804-7805

PROJETO DE INTERIORES COMERCIAL

PROPRIETÁRIO:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA

DESENHO:

SÂMELA MARESSA

ENDEREÇO:

ITAPIÚNA - CE

CONTEÚDO:

DETALHAMENTO MÓVEIS

ESCALA:

INDICADA

DATA:

12/11/2024

PRANCHA:

10/10

CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

Segue planilha orçamentaria de Projeto Arquitetônico e de Interiores da fachada e recepção da câmara municipal de Itapituna.

ITENS	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BALCÃO RECEPÇÃO. Balcão projetado em mdf amadeirado revestido dupla face, com espessura de 30mm e ripado liso com ripas de 30mm e espaçamento de 20mm, gaveteiros gavetas com corredeiras telescópicas reforçadas e pesniveladores. (1,40cm/1,10cm/0,80cm)	UND	01	3.850,00	3.850,00
02	PAINEL RIPADO Painel em mdf liso de 30mm com ripamento de 90mm de espessura, com perfil de led 3000k embutida, com porta de passagem oculta.	M²	26,35	480,00	12.648,00
03	JARDINEIRA Jardineira em mdf amadeirado de 15mm para plantação artificial.	UND	01	1.830,00	1.830,00
04	GALERIA PRESIDENTE Galeria em mdf canela para fixação de quadros de Presidente e Ex-presidentes com iluminação de led 3000k embutida na marcenaria.	M²	24,57	480,00	11.793,60
05	PAINEL LETREIRO Painel em mdf canela e mdf amadeirado para receber letreiro da câmara com perfil de led 3000k embutido na marcenaria e com porta oculta na cor canela	M²	17,82	480,00	8.553,60
06	FACHADA Estrutura metálica em metalon galvanizado 20x20, com revestimento em ACM de polietileno de baixa intensidade revestido de alumínio nas cores azul e amarelo gema, com letreiro em letras caixa.	M²	31,26	618,00	19.318,68
07	PORTA DE VIDRO Porta em vidro temperado com 10mm de espessura, sendo duas folhas, com puxadores em aço inox redondo, eixo 30/45 de abrir com molas pivoltantes para piso. (2,10cm/1,80cm)	M²	3,78	1.825,00	6.868,50
08	FORRO PVC AMADEIRADO Estrutura para forro PVC em aço galvanizado, com fixação em laje, forro PVC com ótima performance no isolamento térmico e acústico, com iluminação de lâmpadas compactas de led 10w e instalação.	M²	18,30	295,08	5.399,96
09	CARPETE Piso carpete com forração têxtil de tráfego intenso bege 4,5mm agulhado instalado.	M²	18,30	245,00	4.483,50
				TOTAL	R\$ 74.745,84

VALOR TOTAL R\$: 74.745,84 (setenta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

Validade da Proposta: 60 DIAS.

Sâmela Mariana Duarte Góis
 Arquiteta e Urbanista
 CAU A147054-0

Morada Nova – CE

Realizando seus sonhos!

Rua Duque Rabelo, nº1012 – 02 de Agosto | Contatos: (88)9.9670-3951 / (88)9.9804-7805 | Org: Arq. Sâmela | CNPJ: 39.256.453.0001-19